



REP's - Revista Even. Pedagog.

Número Regular: Educação, Diversidade e Diferença

Sinop, v. 11, n. 1 (28. ed.), p. 65-77, jan./jul. 2020

ISSN 2236-3165

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>

DOI: 10.30681/2236-3165

GRAVIDEZ PRECOCE:

uma análise do discurso entre Saúde e Educação

EARLY PREGNANCY:

an analysis of the discourse between Health and Education

Mariangela Vandresen Silva

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo discutir a influência que do discurso médico tem dentro do âmbito escolar, motivado pelas políticas de prevenção da gravidez na adolescência. Buscou-se problematizar esta ocorrência a partir da revisão teórica com a adoção de conceitos da Análise de Discurso, tendo como referencial teórico as contribuições de Michel Foucault e Eni Orlandi. O estudo conclui que o poder do discurso médico dentro das escolas está além da relação de poder com a medicina, englobando também as concepções dos sujeitos envolvidos de que tal discurso pode dirigir o trabalho educacional para algo mais adequado às necessidades de saúde e orientação dos adolescentes.

Palavras-chave: Diversidade. Gênero. Saúde. Educação. Análise de Discurso.

ABSTRACT

This study aimed to discuss the influence that medical discourse has within the school environment, motivated by policies to prevent teenage pregnancy. We sought to problematize this occurrence from the theoretical review of the concepts of Discourse Analysis, having as a theoretical framework the contributions of Michel Foucault and Eni Orlandi. The study concludes that the power of medical discourse within schools is beyond the power relation with medicine, but in the conception of



the subjects involved that it can lead to a job more appropriate to the health and orientation needs of adolescents.

Keywords: Diversity. Gender. Health. Education. Discourse Analysis.

Correspondência:

Mariangela Vandresen Silva. Graduação em Fonoaudióloga pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Mestranda do PPGLetras, UNEMAT/Sinop. Participa do Grupo de Pesquisa Educação e Estudos de Linguagem (GEdEL). Fonoaudióloga do Centro Especializado em Reabilitação Dom Aquino Corrêa de Sinop (CER II). Sinop, Mato Grosso, Brasil. E-mail: fono_mariangela@hotmail.com

Recebido em: 26 de dezembro de 2019.

Aprovado em: 19 de maio de 2020.

Link: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/3756/2723>

1 INTRODUÇÃO

O tema da gravidez precoce tem composto a agenda de programas internacionais há décadas, como da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do Banco Mundial. No Brasil, as discussões se intensificaram a partir dos anos de 1990, dando força para a elaboração de políticas de universalização ao acesso e permanência na escola. Isso porque, a gravidez precoce está intimamente associada aos anos escolares, ou seja, a gravidez na adolescência impacta diretamente a continuidade dos estudos e o aumento de instrução escolar.

Este trabalho de pesquisa aplicada tem por objetivo, discutir a questão da gravidez na adolescência, perpassando as questões de gênero e sexualidade dos adolescentes, tendo como foco principal problematizar esta ocorrência dentro da escola, entendendo-a como lugar de diversidade cultural, religiosa, étnica e racial, de gênero, sexual, etc.

A partir da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a escola tenta andar em consonância com as demandas atuais da sociedade, buscando acolhe-las. Para tanto, passa a discutir nos espaços e as práticas escolares os temas relacionados à saúde, ética, meio ambiente, pluralidade cultural e orientação sexual.

Desta forma, a escola tenta cumprir seu papel social e constituir-se como espaço de produção de respeito às diferenças.

No Brasil, as políticas públicas direcionadas à temática da gestação precoce, ganharam maior evidência com a criação de uma agenda intersetorial envolvendo os Ministérios da Saúde; da Educação; da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e o Ministério da Cidadania. Esta nova medida que deverá ser implementada até 2020 busca, através do trabalho conjunto das áreas da saúde e educação, enfrentar este problema e minimizar danos. São definidas diretrizes de trabalho, através do Programa Saúde na Escola, onde as ações são desenvolvidas pelos profissionais de saúde diretamente com os escolares.

No presente estudo foi através da revisão bibliográfica que buscou-se conhecer as políticas públicas voltadas para esta questão que envolve os setores de saúde, educação e configura-se como um problema de ordem social, atual e urgente, e assim contextualizá-las no município de Sinop, compreendendo que esta relação não é mecânica, pois se estabelece por intermédio de discursos que são construídos historicamente por seres humanos inseridos em relações sociais concretas.

Tendo como referencial teórico as contribuições de Michel Foucault e Eni Orlandi, entre outros pensadores, buscou-se analisar como estes discursos se constituem historicamente e como se manifestam. Com estes propósitos, entende-se que o recurso teórico e metodológico da Análise de Discurso (AD) é instrumento privilegiado para compreender tal fenômeno.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Diversidade

“Falar em diversidade [...] põe necessariamente em movimento, como contraface, a idéia de unidade.” (MORELLO, 2001, p. 89). O Brasil é marcado pela diversidade, pela manifestação das diferenças relacionadas com características regionais, religiosas, culturais, classes sociais, gênero, sexualidade, etnia, etc. Grupos que representam ‘minorias’ que são desvalorizadas por estarem associadas ao que é diferente, como descrevem Rodrigues e Abramowicz (2013, p. 17):

Se por um lado, a utilização desse conceito pode revelar o surgimento de uma inflexão do pensamento social, por outro, a imprecisão ou seu uso indiscriminado pode restringir-se ao simples elogio às diferenças, pluralidades e diversidades, tornando-se uma armadilha conceitual e uma estratégia política de esvaziamento e/ou apaziguamento das diferenças e das desigualdades.

Nos últimos anos, a diversidade ganhou destaque nos debates e na formulação das políticas públicas, principalmente no âmbito escolar. A educação, no Brasil, por muito tempo tratou a diversidade como uma tentativa de homogeneização com o ideal de que todos são iguais, o que acabou aumentando a exclusão e destacando as diferenças, pois o que se busca é a igualdade de direitos apesar das diferenças. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, quando se referem à diversidade:

[...] propõe uma concepção da sociedade brasileira que busca explicitar a diversidade ética e cultural que a compõe [...] a afirmação da diversidade como traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente, e o fato de que a humanidade de todos se manifesta em formas concretas e diversas de ser humano. (BRASIL, 1997, p. 19).

Desta forma, a escola busca andar em consonância com as demandas atuais da sociedade, tratando de questões que interferem na vida dos alunos e nas suas práticas diárias. Ao trazer temas transversais, que são abordados juntos as disciplinas obrigatórias, a escola cumpre seu papel social de espaço de diversidades. Estes temas englobam saúde, ética, meio ambiente, pluralidade cultural e orientação sexual, escolhidos por abrangerem problemáticas sociais atuais e urgentes.

Ao trabalhar a temática de gênero e sexualidade, a escola busca equilibrar as relações, principalmente para as meninas, que sofrem preconceitos relacionados às questões de gênero e para as quais a sexualidade ainda é vista como 'tabu'. A sociedade de hoje, apesar do acesso à tecnologia, ainda não consegue lidar com naturalidade com as questões ligadas a sexualidade. Para Foucault (1988, p. 36), "O que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como segredo."

A ocorrência de uma gravidez precoce, não planejada durante a adolescência impacta diretamente a vida da menina. É ela quem precisa mudar sua vida e adequar sua rotina à nova condição. Nem sempre o parceiro está disposto a assumir suas responsabilidades, ficando para a jovem mãe, todo o peso da situação. Para Neiverth e Alves (2003, p. 229):

O fenômeno social da gravidez na adolescência [...] inscreve-se dentro da produção científica sobre as temáticas gênero e mulher. A abordagem sociológica da noção de gênero aponta para o caráter relacional do feminino e do masculino.

Ou seja, as autoras afirmam que o modo de agir e pensar dos homens e mulheres é determinado pelas condutas sociais, por regras impostas historicamente. Carvalho (2017, p. 78) afirma que “Os ideais morais são criações humanas, sendo assim, não existe nada que possa servir como fundamento dos valores, a não ser a referência antropocêntrica e etnocêntrica associada ao próprio ser humano.”

Trata-se de uma moral de homens: uma moral pensada, escrita, ensinada por homens e endereçada à homens, evidentemente livres. Consequentemente, moral viril onde as mulheres só aparecem a título de objetos ou no máximo como parceiras às quais convém formar, educar e vigiar [...] um dos pontos mais notáveis dessa reflexão moral: ela não tenta definir um campo de conduta e um domínio de regras válidas – segundo as modulações necessárias – para os dois sexos; ela é uma elaboração de conduta masculina feita do ponto de vista dos homens e para dar forma à sua conduta. (FOUCAULT, 1977, p. 23).

A sexualidade na infância e na adolescência também é tema abordado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, em virtude da inserção desse assunto nos espaços escolares, com o crescimento dos casos de gravidez indesejada entre as adolescentes e do risco de contaminação por doenças sexualmente transmissíveis, alcançando, na maioria das vezes, meninas em vulnerabilidade social (BRASIL, 1997, p. 16).

No Brasil, a Legislação define, através do Estatuto da Criança e do Adolescente a faixa etária dos 12 aos 18 anos, como adolescência (BRASIL, 1990). Independente das determinações legais sabe-se que nesta fase, o corpo encontra-se em maturação, com mudanças físicas, psicológicas e sociais. O corpo da adolescente, embora disponha de condições para desenvolver uma gravidez, não

está apto para tal, resultando em riscos para a saúde da mãe e do feto (BRASIL, 2008).

Além dos riscos para saúde, há de se considerar os riscos sociais. Em geral, a gestação precoce leva a adolescente a abandonar ou interromper os estudos, comprometendo sua vida futura. Também há a questão da família, que nem sempre possui condições ou vontade de apoiar e amparar esta adolescente, que para o sustento seu e de seu filho, acaba indo precocemente para o mercado de trabalho, submetendo-se às condições precárias.

2.3 Políticas Públicas

As discussões sobre sexualidade no âmbito escolar, especialmente voltadas ao tema da gravidez precoce, chamam a atenção para a elaboração de políticas públicas na área da Saúde e Educação, a fim de mobilizar a sociedade para uma reflexão sobre este tema. Souza (2006, p. 26), define políticas públicas como:

[...] campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, 'colocar o governo em ação' e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. [...] políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisa. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Considerando o impacto negativo de uma gravidez precoce e todo o custo e risco envolvido, iniciou-se na década de 90, o desenvolvimento de ações voltadas para o enfrentamento desta situação. Os governos passaram a pensar e desenvolver políticas públicas de prevenção e redução de agravos. Para Foucault (1979, p. 281) "Governar um Estado significará [...] ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos uma forma de vigilância."

No Brasil, a partir de 2019, as ações para prevenção da gravidez na adolescência passam a compor uma agenda intersetorial envolvendo os Ministérios da Saúde; da Educação; da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e o Ministério da Cidadania. Esta nova medida que deverá ser implementada até 2020,

incluiu, no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990), o artigo 8º, instituindo a ‘ semana nacional de prevenção da gravidez na adolescência’, a ser realizada na primeira semana de fevereiro de cada ano, com o intuito de reduzir a incidência da gravidez na adolescência, através de medidas preventivas e educativas (BRASIL, 2019).

Segundo informações do Ministério da Saúde (MS), o tema da gravidez na adolescência tornou-se alvo de políticas públicas em praticamente todo o mundo. No Brasil, de acordo com os dados do Sistema Nacional de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC), essa ocorrência teve uma queda de 17% nos últimos anos, relacionada à fatores como: expansão do programa Saúde na Família acesso aos métodos contraceptivos e a implantação do Programa Saúde na Escola. O Programa disponibiliza informações sobre a saúde, com foco no direito sexual e direito reprodutivo para adolescentes, a fim de conscientizar essa população sobre o tempo desejável para engravidar.

Fotografia 1 - Capa cadernetas de saúde dos adolescentes



Fonte: Ministério da Saúde (2019)

Uma das iniciativas do Ministério da Saúde é a distribuição da Caderneta de Saúde do Adolescente (CSA). A caderneta foi elaborada com temas do universo adolescente, com cores vibrantes que destacam a figura de adolescentes na capa. Com linguagem acessível, seu objetivo é possibilitar que o adolescente se compreenda como protagonista de seu próprio desenvolvimento (BRASIL, 2019).

2.4 A Situação em Sinop

Em Sinop, norte de Mato Grosso, o programa Saúde na Escola, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), desenvolve essa diretriz em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), câmpus Sinop, com a unidade municipal de Serviço de Assistência Especializada (SAE) e com a Secretaria de Assistência Social do município. Segundo as informações da coordenadora municipal do Programa Saúde na Escola:

(01) Coordenadora: Nós realizamos um programa intersetorial, entre saúde, educação e ação social [...] neste caso, da gravidez na adolescência, nós temos como suporte a Universidade Federal de Mato Grosso, que tem um projeto, com oficinas que trabalham a prevenção. [...] a Assistência Social, onde queremos trabalhar a gestante, e com o SAE, um projeto de planejamento familiar, saúde reprodutiva para jovens [...] onde se faz necessário o uso de métodos contraceptivos mais específicos, como o uso de DIU mini e anticoncepcionais orais mais indicados para essa faixa etária. Nosso objetivo é trabalhar nestas três frentes: o planejamento familiar pelo SAE, a prevenção pela UFMT e nós queremos atender essa adolescente que está gestante, fazer o acompanhamento, para também prevenir a evasão escolar.

Os dados do SINASC, referentes ao ano de 2018 no município de Sinop são:

Tabela 1 - Número de gestantes adolescentes do Município de Sinop no ano de 2018

Nascidos Vivos – Sinop

Frequência segundo Ano do Nascimento

Ano do Nascimento	Gestantes adolescentes	Total Nasc.Vivos	Proporção. gravidez adolescentes
2018	412	3.046	14%
Total	412	3.046	14%

Fonte: SINASC (2018)

Em Sinop, 14% dos nascidos vivos em 2018 são filhos de mães adolescentes (Tabela 1). As ações para prevenção de gestações precoces, bem como para a manutenção do bem estar das adolescentes grávidas, foram iniciadas em 2019. A Coordenadora do programa finaliza, dizendo que:

(02) Coordenadora: O programa tenta viabilizar o acesso das adolescentes às consultas médicas para orientação e indicação de métodos contraceptivos e de proteção, como camisinha masculina, camisinha feminina, mini DIU e anticoncepcionais.

Segundo informações da SMS, ainda não é possível apresentar números e dados estatísticos relativos ao programa, pois este se encontra em seu primeiro ano de aplicação e os dados estão sendo construídos.

3 METODOLOGIA

A pesquisa aqui descrita tem como elemento metodológico central a Análise de Discurso, para buscar compreender o discurso da Saúde, inserido no universo da Educação, que busca prevenir a ocorrência da gravidez na adolescência ou minimizar seus danos. Nesse sentido, ao buscar referência em Orlandi (2015), é possível indicar que o discurso não é uma mera transmissão de informações, em que há um alguém que fala alguma coisa, baseado em um código, e há um receptor, que capta a mensagem decodificando-a. Para a autora, o discurso é algo dinâmico, é efeito de sentidos entre os interlocutores, não se tratando somente de transmissão. Nas palavras da autora,

[...] no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade, etc. (ORLANDI, 2015, p. 19).

A autora complementa, afirmando que “o discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto” (ORLANDI, 2015, p. 20). Assim, pode-se resumir que a Análise de Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico, no caso o discurso, “produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2015, p. 25). Fica compreendido que a pesquisa tem abordagem de cunho qualitativo, com conduta

interpretativa, considerando-se que o ser humano está sempre interpretando o mundo onde vive.

A metodologia utilizada no presente estudo englobou a revisão teórica dos conceitos em Análise de Discurso; estudo da legislação sobre o tema na área da saúde e educação. Realizou-se a observação de documentos estatísticos pertinentes ao tema, referentes ao município de Sinop e coleta de dados mediante entrevista com o profissional responsável pelo programa no município de Sinop.

O instrumento de coleta de dados foi a análise documental, acompanhada da realização de entrevista semiestruturada com gestor. Para a entrevista foram observadas as etapas descritas por Oliveira (1996), que envolvem o preparar a entrevista e o momento do contato, o registro dos dados coletados e a posterior análise. Ao mesmo tempo, para a entrevista buscou-se um ator que ocupasse lugar de destaque e conhecimento sobre o tema abordado, nos termos ensinados por Duarte (2002). Com este trabalho de campo, foi possível obter uma visão mais ampla da ocorrência de gestações prematuras no município de Sinop e quais medidas estão sendo adotadas para o enfrentamento desta situação. Também permitiu um aprofundamento sobre o poder do discurso médico, que se insere no ambiente escolar, com o objetivo de determinar mudanças de condutas a fim de prevenir a ocorrência da gestação precoce.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou conhecer o poder que o discurso médico tem de influenciar a rotina escolar, tendo como plano de ação, a prevenção da gravidez na adolescência, a fim de “[...] medir o efeito de um discurso com pretensão científica [...]” (FOUCAULT, 1996 p. 63). Pode-se perceber, através da revisão teórica, que a gravidez precoce é considerada uma questão de gênero, pois impacta diretamente a vida da mulher adolescente. Tornou-se, também, um problema de ordem social, que tem levado os governos a pensarem e desenvolverem políticas públicas de saúde e educação, visando reverter ou minimizar esse quadro e as correlações de diversos fatores que interferem na qualidade de vida desses indivíduos.

Diante desse contexto, os temas sexualidade e gênero vêm ganhando espaço dentro do cotidiano escolar e consolidando a escola como lugar de fala em torno à

ideia de prevenção. Assim, é possível indicar que a pesquisa que busca compreender e analisar a inserção do discurso médico no cotidiano estudantil parte do princípio que este discurso, embora revestido de linguagem técnica, não é neutro. E quando o mesmo é veiculado e proferido por sujeitos autorizados através de certificação técnica, verificamos que a linguagem “é uma prática; não no sentido de efetuar atos, mas porque pratica sentidos, intervém no real” (ORLANDI, 2015, p.93).

Desse modo, o estudo conclui que a influência do discurso médico dentro das escolas pode dirigir a um trabalho mais adequado para as necessidades de saúde e orientação dos jovens. A revisão teórica dos conceitos em AD permitiu analisar como este discurso se constituiu historicamente e como o mesmo se manifesta dentro do ambiente escolar. Sendo assim, percebe-se que o poder do discurso médico em influenciar nessa rotina, não está só na relação de poder com a medicina, mas na concepção dos sujeitos envolvidos de que ele pode produzir efeitos salutares à qualidade de vida dos adolescentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde e mais três ministérios firmam carta compromisso para prevenção da gravidez na adolescência. **Agência Saúde**, Brasília DF, 8 fev. 2019. Notícias, p. 1. Disponível em:

<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45196-saude-e-mais-tres-ministerios-firmam-carta-compromisso-para-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia>.

Acesso em: 26 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília DF, 16 jul. 1990. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art226. Acesso em: 16 out. 2019.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade, cultura e orientação sexual. v. 10. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Saúde do adolescente**: competências e habilidades. Brasília: MS, 2008.

BRASIL. **Sistema nacional de informações sobre nascidos vivos (SINASC)**.

Brasília, DF: 2018. Disponível em:

<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvmt.def>. Acesso em: 18 set. 2019.

CARVALHO, Guilherme Paiva. **Discurso e poder em Foucault**. Curitiba: Appris, 2107.

COORDENADORA. Programa de prevenção à gravidez na adolescência. Entrevista cedida à Mariangela Vandresen Silva. **Programa Saúde na Escola**. SMS: Sinop, 02 out. 2019.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade do saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

MORELLO, Rosângela. A diversidade linguística nos textos de gramáticas normativas brasileiras. In: ORLANDI, Eni P. **História das idéias linguísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas, Cáceres: Pontes, UNEMAT Editora, 2001. p. 89 -94.

NEIVERTH, Isete Stibbe; ALVES, Gustavo Biasoli. Gravidez na adolescência e mudança no papel social da mulher. **Paidéia**, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, n. 12, p. 229-240, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/paideia/v12n24/11.pdf>. Acesso em: 1 out. 2019.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino; ABRAMOWICZ, Anete. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1, p. 15-30, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022013000100002&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 9 out. 2019.

SILVA. Mariangela Vandresen. 1 fotografia. **Capa cadernetas de saúde dos adolescentes**. Sinop: Ministério da Saúde, 2019.

SOUZA, Cecília. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 9 out. 2019.

Revista Even. Pedagog.

Número Regular: Educação, Diversidade e Diferença
Sinop, v. 11, n. 1 (28. ed.), p. 65-77, jan./jul. 2020

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 12. ed.,
Campinas: Pontes Editores, 2015.